

John Guy

Maria, Rainha dos Escoceses

Sou Dona do Meu Coração

Tradução

António Carlos Carvalho

Índice

Agradecimentos.....	9
Prólogo.....	13
Capítulo 1. O primeiro ano.....	26
Capítulo 2. Os Cortejos Brutais.....	43
Capítulo 3. Chegada a França.....	59
Capítulo 4. Adolescência.....	74
Capítulo 5. Educação.....	90
Capítulo 6. Um casamento dinástico.....	107
Capítulo 7. Rainha traída.....	125
Capítulo 8. Regresso à Escócia.....	144
Capítulo 9. Dentro do labirinto.....	161
Capítulo 10. Um encontro entre irmãs.....	178
Capítulo 11. Em busca de um marido.....	201
Capítulo 12. «Sou dona do meu coração».....	218
Capítulo 13. Um casamento de conveniência.....	237
Capítulo 14. Bothwell entra em cena.....	256
Capítulo 15. Um casamento atribulado.....	272
Capítulo 16. Assassinio um.....	288
Capítulo 17. Reconciliação.....	304
Capítulo 18. Conspiração e contraconspiração.....	324
Capítulo 19. Assassinio dois.....	342
Capítulo 20. Um casamento por amor?.....	361

Capítulo 21. Desfecho na Escócia	385
Capítulo 22. Relato de Maria	406
Capítulo 23. Relato de Bothwell	429
Capítulo 24. Relato dos lordes	446
Capítulo 25. As Cartas do Cofre I	459
Capítulo 26. As Cartas do Cofre II	483
Capítulo 27. Rainha cativa	504
Capítulo 28. Um machado ou um decreto?	529
Capítulo 29. Vingança	550
Capítulo 30. As últimas horas	572
Epílogo	578
Bibliografia	592

Agradecimentos

Escrever este livro foi uma experiência empolgante e estimulante, uma das mais emocionantes da minha vida, uma aventura mesmo para alguém que já tinha trabalhado nos registos históricos durante vinte e cinco anos. Quando comecei, não fazia ideia de que tanto material novo podia ser encontrado nos arquivos acerca de uma mulher que tinha sido assunto de debates durante quatro séculos. Depois, quando comecei a descobrir esse material, senti uma sensação de júbilo. E não consegui parar de trabalhar no livro até chegar ao fundo e ao fim da história.

Estou muitíssimo grato por toda a ajuda e apoio que recebi por parte dos arquivistas e conservadores cujos arquivos e bibliotecas esquadrinhei durante tantas semanas e meses. Monique Cohen e o seu pessoal na Secção de Manuscritos na Bibliothèque Nationale de France, em Paris, mostrou-me como encontrar o que necessitava numa biblioteca que nunca usara antes. Em lugares mais conhecidos, a doutora Sarah Tyacke e a sua equipa nos National Archives (Public Record Office) de Londres e o pessoal da University Library em Cambridge foram tão prestáveis e corteses como sempre. A doutora Andrea Clarke e os seus colegas na Secção de Manuscritos da British Library foram sempre solícitos a ajudar-me, fornecendo-me microfimes de volumes essenciais dos Cottonion and Additional Manuscripts para que os pudesse ler em casa. Também agradeço ao pessoal da Secção dos Livros Raros por me mostrarem todos os exemplares de certos títulos da colecção, incluindo múltiplos exemplares da mesma edição. O doutor Richard Palmer e o seu pessoal na Lambeth

Palace Library proporcionaram-me a oportunidade de ler documentos recém-adquiridos, respeitantes ao julgamento e execução de Maria, alguns dos quais tinham estado fora do domínio público há décadas. Estou muito grato aos depositários por ter tido acesso a esse material.

Em Edimburgo, o meu caminho foi bastante facilitado pelo pessoal da sala de leitura dos National Archives of Scotland, HM General Register House e da Secção de Colecções Especiais da National Library of Scotland. Na St. Andrews University Library, Christine Gascoigne e os seus colegas na Secção de Livros e Manuscritos Raros vieram em meu auxílio. Pelo acesso e autorização para citar manuscritos da antiga Advocates Library e outros documentos guardados no arquivo George IV Bridge da National Library of Scotland, desejo agradecer aos conservadores.

Pelo acesso aos Cecil Papers na Hatfield House e pela autorização para os citar, estou muito grato à marquesa de Salisbury e a Robin Harcourt Williams, bibliotecário e arquivista. Pelo acesso e autorização para citar manuscritos e livros raros na Henry E. Huntington Library, em San Marino, Califórnia, agradeço com todo o prazer à doutora Mary Robertson, conservadora-chefe dos Manuscritos, a quem, por uma feliz coincidência, conhecera no seminário *sir* Geoffrey Elton's Tudor há uns trinta anos. Pela autorização para ler os manuscritos e livros raros na Folger Shakespeare Library, Washington, agradeço a generosidade da doutora Gail Kern Paster, directora, e dos administradores.

Os mapas e quadros genealógicos foram desenhados e digitalizados por Richard Guy, da Orang-Utan Productions, a partir de rascunhos grosseiros que forneci. Por ter levado a cabo a pesquisa de imagens e obtido empréstimos de diapositivos, agradeço a Sheila Gerarthy, cuja perícia é inestimável. O meu colega Stephen Alford em Cambridge leu o manuscrito inteiro ainda em rascunho e saboreei todas as nossas longas conversas. O professor Michel Lynch, do Departamento de História Escocesa da Universidade de Edimburgo, leu e comentou muito generosamente as provas tipográficas do livro ainda por corrigir. Estou grato pelas suas sugestões e pela lista de correcções no lado escocês, e pelas correcções fornecidas por Rachel Guy, que também leu as provas. Aceito toda a responsabilidade pelos erros que ainda possam existir.

Devo dar aqui nota de duas omissões na Bibliografia. Uma transcrição completa da carta de Randolph de 14 de Fevereiro de 1566 para Dudley foi publicada na *Scottish Historical Review*, 34 (1955), pp. 135-9, e um artigo de A. A. MacDonald, «Mary Stewart's Entry to Edinburgh: an Ambiguous Triumph», *Innes Review* 42 (1991), pp. 101-10, fornece mais pormenores acerca da entrada em Edimburgo em 1561.

Alguns historiadores do mundo académico podem lamentar a minha ortografia de «Stuart» em vez de «Stewart» para designar a dinastia. Mas Maria chamava a si mesma «Stuart» e não «Stewart»; a sua divisa *Sa Virtu m'Atire* só funciona como um anagrama quase perfeito se o nome de família for ortografado «Stuart»; e parece provável que muitos leitores se sintam irritados se «Stuart» e «Stewart» forem usados promiscuamente. Também prefiro «Ker of Fawdonside» em vez da alternativa «Kerr», adoptando a ortografia dos manuscritos. Por fim, segui o exemplo de Isabel I e William Cecil ao denominar James Hamilton, terceiro conde de Arran, como «Arran» tal como o pai dele, o segundo conde, foi feito duque de Châtelherault, embora não fosse estritamente conde de Arran até o pai morrer.

Só posso agradecer e ter admiração por Peter Robinson e Emma Parry, os meus agentes em Londres e Nova Iorque, pelo seu constante encorajamento e por me convencerem que eu podia escrever este livro e que ele iria mesmo resultar. Ambos leram o manuscrito e deram-me conselhos úteis. Ao preparar um livro em que a interpretação conta tanto como a pesquisa nos arquivos, apercebi-me também de quanto aprendera com os produtores da BBC com quem tive o privilégio de trabalhar durante os últimos quatro anos, em especial Catrine Clay, Dick Taylor e Jane McWilliams.

Devo muitíssimo a Courtney Hodell e Nick Davies, os meus editores na Fourth Estate. Os comentários pormenorizados e exigentes de Courtney ao meu primeiro rascunho completo foram certos, desafiando-me e incitando-me a concretizar a minha melhor obra, talvez o melhor elogio que qualquer editor possa fazer ao seu autor. Sinto-me privilegiado por ser publicado pela Fourth Estate, cuja magnanimidade em permitir-me prosseguir a minha obra ininterruptamente durante quase três anos gerou o mais próximo do que se pode chamar condições ideais. Pela ajuda

no processo editorial e de produção, também desejo agradecer a Natasa Kennedy, Michael Cox e Louise Tucker.

Quero expressar a minha profunda gratidão aos meus antigos alunos na University of St. Andrews e àqueles que ensinam em Cambridge pelas suas contribuições para seminários e supervisões onde Maria fez a sua aparição mais vezes do que devia. Também sou devedor a Fiona Alexander, que viu logo que o misterioso «objecto» que Mary segura na mão esquerda no *placard* da sereia e da lebre, o qual até então desafiava qualquer explicação, é uma rede enrolada. Frances e David Waters ofereceram-me constante incitamento, estranhamente prevendo a data em que eu entregaria o manuscrito final e assegurando que tínhamos bilhetes para *As Bodas de Fígaro*, de Mozart, na noite seguinte.

Mais importante do que tudo o mais, Julia aceitou a presença de Maria no que cada vez mais parecia um *ménage à trois*, mostrando uma paciência infinita. Leu com atenção inúmeros rascunhos, lendo alguns capítulos uma dúzia de vezes e debatendo o assunto de Maria a todas as horas do dia ou da noite. Nunca poderei agradecer-lhe ou retribuir o seu amor. Emma foi tolerante, nunca se queixando por quase nunca ver o pai e só o provocando acerca de quando terminaria «o livro». Lucy, Susie e Gemma meteram por vezes as patinhas nos assuntos de Maria, mais do que eu poderia gostar, mas ao fazerem isso mantiveram-me em contacto com a normalidade.

Cambridge, 24 de Outubro de 2003.

CLARE COLLEGE

Prólogo

Por volta das oito horas da manhã de 8 de Fevereiro de 1587, quarta-feira, quando havia luz do dia suficiente para se ver sem ajuda de velas, *sir* Thomas Andrews, xerife do condado de Northamptonshire, bateu a uma porta. O lugar era o Castelo de Fotheringhay, a cerca de cento e vinte quilómetros de Londres. Tudo o que resta agora aí debaixo das ervas daninhas é o parapeito de terra levantado da parede interior do castelo e um talude truncado no sítio da torre de menagem, a uns cem metros da aldeia junto de um trecho vagaroso do rio Nene.

Mas no século XVI esse lugar estava cheio de vida. Fotheringhay era uma mansão real. Ricardo III nascera nesse castelo em 1452. Henrique VII, o primeiro dos reis Tudor, que matara Ricardo na Batalha de Bosworth, deu a propriedade como dote à sua mulher Isabel de York, e Henrique VIII concedeu-a à sua primeira noiva, Catarina de Aragão, que reformou extensivamente o castelo. Em 1558, Isabel I herdou-o quando subiu ao trono após a morte da sua irmã mais velha, Maria Tudor.

Apesar das suas ligações com a realeza, nada preparara Fotheringhay, ou na verdade as Ilhas Britânicas, para o que estava prestes a acontecer ali. Andrews encontrava-se acompanhado por dois dos nobres mais importantes de Inglaterra, George Talbot, conde de Shrewsbury, e Henry Grey, conde de Kent. A porta à qual bateu era a porta exterior dos aposentos privados de Maria rainha dos escoceses, rainha viúva de França e durante quase dezanove anos prisioneira de Isabel em Inglaterra.

A porta abriu-se, mostrando Mary ajoelhada, rezando com as suas criadas de quarto. Andrews informou-a que tinha chegado o momento e ela levantou os olhos e disse que estava pronta. Levantou-se e as suas damas de companhia afastaram-se.

Só tinha quarenta e quatro anos. Nascida e educada para ser uma rainha, atravessou confiante a porta como se estivesse mais uma vez a caminho de uma festa da corte. Com quase um metro e oitenta de altura, sempre se tinha comportado como uma rainha. Desde a sua infância em França, fora elogiada pela sua beleza e fascínio. «Encantadora» e «a mais perfeita» eram os adjectivos mais aplicados à sua singular combinação de celebridade. Não apenas fascinando fisicamente com o seu rosto, pescoço, braços e cintura bem proporcionados, tinha um invulgar carácter cordial com a capacidade de iniciar uma relação instantânea. Sempre expansiva e vivaz, podia ser generosa e afável sem quaisquer reservas. Tinha uma inteligência perspicaz e era uma conversadora inata. Sociável e fascinante, podia ser genial ao ponto de ser informal desde que a sua «grandeza» fosse respeitada. Muitos dos seus contemporâneos comentaram a sua capacidade quase mágica para gerar a impressão de que a pessoa com quem estava a falar era a única cuja opinião contava para ela.

Em resultado de velhice prematura, causada pela inércia e falta de exercício da qual se tinha queixado amargamente durante o seu longo cativoiro, a sua beleza estava em declínio. Os seus traços fisionómicos tinham-se tornado mais carregados e tinha ombros arredondados e uma ligeira corcunda. O seu rosto, outrora lendário pela pele branca suave e imaculada, uma tez quase marmórea, tinha ficado mais cheio e com duplo queixo. Mas o cativoiro não tinha alterado tudo. Os seus pequenos olhos profundos cor de avelã dardejavam tão inquietos como sempre, e os caracóis de cabelo castanho-avermelhado pareciam ainda brilhantes.

Maria estivera acordada durante a maior parte da noite a preparar-se para esse momento. Essa deveria ser a sua maior actuação, o seu maior triunfo, e ela tinha pensado em todos os pormenores.

As suas roupas davam o exemplo. Parecia estar vestida de negro, tirando um véu de linho branco. Bordado com renda e tão delicado como uma gaze, pendia do cabelo sobre os ombros e para os pés ao estilo francês. Presa ao alto do véu havia uma pequena touca de cambraia branca.

Tocava apenas na ponta da testa e estava também decorada com rendas nas bordas, deixando espaço para que os caracóis dela sobressaíssem dos lados. O vestido de grosso cetim preto chegava quase ao chão onde estava ligado à sua cauda. Guarnecido com bordado dourado e zibelina, estava salpicado de botões de bolotas cor de azeviche adornados com pérolas.

Um olhar mais atento revelava um corpete exterior de veludo carmesim e um saiote de cetim preto bordado, ambos visíveis onde o vestido fora bem cortado. Para o enfeitar, Maria usava mangas compridas, ricamente bordadas e recortadas ao estilo italiano, sob as quais se podiam ver mangas interiores sem corte, de veludo púrpura. Os sapatos eram da melhor camurça espanhola. Mais tarde, seria observado que ela usava meias azul-celeste bordadas com fio prateado e seguras por cintas de seda, estas por cima de meias brancas macias que usava para proteger a pele de escoriações.

Levava um crucifixo de marfim numa mão e um livro de orações em latim na outra. Um fio de contas de rosário com uma cruz de ouro pendia de uma faixa na cintura. À volta do pescoço tinha um fio de prata ou de ouro do qual estava suspenso um pingente, um medalhão com a imagem de Cristo enquanto «Cordeiro de Deus».

Conduzida por Andrews e seguida pelos dois condes, Mary atravessou o corredor e entrou numa sala maior, onde o seu pessoal doméstico aguardava para a saudar e despedir-se dela. Uma testemunha ocular (talvez o conde de Kent) escreveu que Maria exortou os seus servidores a temer a Deus e a viver em obediência. Beijou as suas servas e deu a mão a beijar aos servos. Pediu-lhes para não chorarem, mas para «rejubilarem e rezarem por ela». Mais tarde, um deles relatou que ela não mostrou nenhum receio e até sorriu.

Depois Maria desceu as escadas para o grande salão no piso térreo. As suas pernas estavam tão inchadas e inflamadas pelo reumatismo que se apoiou nos braços de dois soldados. Quando a procissão chegou ao vestíbulo do salão, deparou-se com Andrew Melville, o mordomo dela, que se ajoelhou e, reprimindo as lágrimas, gritou:

– Minha senhora, será a mensagem mais dolorosa que alguma vez transmiti, quando relatar que a minha rainha e querida senhora morreu.

Maria respondeu, também a chorar:

– Deverias rejubilar em vez de chorar porque o fim dos problemas de Maria Stuart chegou agora.

E depois continuou:

– Leva esta mensagem e diz aos meus amigos que eu morro como uma mulher fiel à minha religião, e como uma verdadeira mulher escocesa e uma verdadeira mulher francesa.

Enquanto Maria recuperava a sua compostura, o seu humor mudou de repente. Olhou de relance para as escadas atrás dela e exclamou que estava «mal assistida». Exigiu «por consideração pela feminilidade» que pudesse ter as suas servas a escoltá-la. Arengou aos condes, que ficaram com receio que ela pudesse fazer um escândalo ainda maior e tivesse de ser arrastada à força para o grande salão.

Shrewsbury alegou debilmente que ele e Kent estavam apenas a cumprir as ordens deles. Ouvindo isso, Maria respondeu, indignada:

– A pessoas bem piores do que eu não lhes foi negado tão pequeno favor.

Kent replicou:

– Minha senhora, tal favor não pode ser concedido, porque se receia que algumas delas, com os seus discursos, possam perturbar e afligir Vossa Graça e inquietar os presentes... ou procurar esfregar os seus guardanapos em algum do vosso sangue, o que não seria conveniente.

Maria afirmou:

– Meu senhor, dou-vos a minha palavra e prometo que elas não farão tal coisa.

Mas não conseguiu evitar de acrescentar:

– Sabeis que sou prima da vossa rainha, descendente da linhagem de Henrique VII, rainha de França pelo casamento e ungida como rainha da Escócia.

Os condes juntaram-se, sussurrando palavras inaudíveis, e depois acederam ao pedido de Maria, que estava habituada a obter o que queria. As suas damas de companhia preferidas, Jane Kennedy e Elizabeth Curle, e quatro dos seus criados de quarto, incluindo Melville, foram autorizados a juntar-se à procissão.

Sorrindo, Maria disse:

– *Allons donc*, vamos então.

Falou em francês porque esta e o dialecto escocês eram as suas línguas maternas, só aprendera inglês, e com dificuldade, durante o cativeiro.

Com a sua comitiva agora pronta, encaminhou-se resoluta para o grande salão com Melville pegando na cauda do vestido. Era uma entrada real: Maria caminhou perante a centena de espectadores para o ponto focal, uma plataforma de madeira que tinha sido construída apressadamente durante os dois dias anteriores ao lado de um braseiro aberto onde ardia uma grande pilha de troncos. Subiu os dois degraus que conduziam à plataforma e sentou-se num banquinho baixo que lhe foi oferecido, após o que os condes se sentaram também à sua direita, enquanto o xerife se sentava à esquerda dela.

Claro que não havia nenhum trono. A plataforma era um cadafalso com uns sessenta centímetros de altura e cerca de três metros e meio de largura, coberto com lençóis de algodão preto que pendiam para os lados para esconder a rude carpintaria, com um corrimão de dezoito polegadas de altura à volta de três dos lados e um quarto lado aberto à plena visão dos espectadores no extremo mais baixo do salão. Havia uma almofada para que Maria se pudesse ajoelhar sobre ela ao lado de um cepo de execução também coberto com um pano preto.

Dois homens mascarados encontravam-se a postos na plataforma, um tal *Bull*, o carrasco da Torre de Londres, e o seu ajudante. Estavam vestidos com batas pretas compridas e usavam aventais brancos; o machado jazia encostado ao corrimão. Na ponta mais baixa desse espaço, os cavaleiros e cavalheiros de Northamptonshire e dos condados vizinhos olhavam para a plataforma flanqueados por um grupo de soldados, com uma visão sem restrições porque a plataforma tinha sido montada com a altura certa. Lá fora, no pátio além da passagem, na entrada principal para o grande salão, uma grande multidão de uns mil aguardava a notícia.

O xerife pediu silêncio, após o que Robert Beale, escrivão do Conselho Privado de Isabel e o responsável por ter entregue a ordem de execução em Fotheringhay, a leu em voz alta. Enquanto falava – a ordem deve ter levado cerca de dez minutos a ser lida –, Maria manteve-se calma. Não mostrou nenhuma emoção, escutando, tal como relatou Robert Wingfield de Upton, Northamptonshire, que estava a uns dez

metros dela, «com pouca atenção, como se isso não lhe dissesse de modo nenhum respeito, e com um semblante tão alegre como se tivesse sido um perdão».

Contudo, a sua presença de espírito iria ser posta à prova quando o doutor Richard Fletcher, reitor de Petersborough e nesta fase da sua carreira um dos pregadores favoritos de Isabel, avançou após um sinal do conde de Shrewsbury.

Fletcher, o pai do dramaturgo John Fletcher, que foi colaborador de Shakespeare em *Henrique VIII*, tinha sido trazido ali para fazer uma «admoestação» pré-preparada a Maria que a censurava pelo seu catolicismo pérfido e para dirigir a assembleia nas orações. Era um dos capelães habituais de Isabel, famoso por ser «uma pessoa digna» e pelo seu «discurso requintado».

Mas a sua «admoestação» correu espetacularmente mal: a tentativa de sermão – porque era apenas isso – foi a maior gafe da sua carreira. Quando chegou o momento, começou a gaguejar nervoso. Começou a dizer:

– Minha senhora, a muito excelente majestade da rainha... Minha senhora, a muito excelente majestade da rainha...

Por três vezes gaguejou, mas quando começou pela quarta vez Maria interrompeu-o. Com uma voz clara e firme, disse:

– Senhor reitor, não vos vou ouvir. Nada tendes a ver comigo nem eu convosco.

Fletcher, de algum modo embaraçado, contrapôs:

– Só digo o que justificarei perante a majestade de Deus Todo-Poderoso.

Ao início, não estava disposto a ceder perante ela, acreditando que Deus nunca abandona o justo, mas presta-lhe assistência através dos seus anjos. Se Maria fora condenada a morrer, era obra de Deus e o pregador seria chamado a prestar contas pelo seu sermão apenas diante de Deus.

Ouvindo isso, Maria avançou com firmeza, como sempre fazia numa discussão, e retorquiui:

– Estou contente com a antiga religião católica romana e decidida a perder o meu sangue em defesa dela.

Fletcher respondeu imprudentemente:

– Minha senhora, mudai de opinião e arrependei-vos da vossa anterior perversidade e assentai a vossa fé apenas em Jesus Cristo, para serdes salva por ele.

Esta não era a maneira de se falar com uma rainha. Maria, corada, mandou-o calar-se. Fez-se uma pausa constrangedora. Então os condes cederam. Disseram a Fletcher para omitir o sermão, o qual, num acesso de orgulho, ele insistiu em que fosse transcrito a partir das suas anotações num relatório dos acontecimentos desse dia.

Seguiu-se uma cena bizarra e até mesmo burlesca. O conde de Kent instou Fletcher a iniciar as orações, mas quando o reitor começou a falar, Maria rezou em voz alta, e em latim, com o seu crucifixo posto diante dos olhos.

Seguiu-se uma batalha de vontades, porque enquanto os cavaleiros e os cavalheiros no salão se juntavam a Fletcher nos versículos e responsos, Maria e os seus seis servos gritavam cada vez mais alto, até a rainha em lágrimas escorregar do banco, altura em que se ajoelhou e continuou como antes.

Mesmo depois de Fletcher ter parado de rezar, Maria continuou com as suas orações, agora em inglês para causar o máximo de embaraço. Rezou pela Igreja, pelo fim da discórdia religiosa, pelo filho de vinte anos, Jaime VI da Escócia, que os inimigos dela tinham educado como protestante, para que fosse convertido à verdadeira fé católica. Pediu nas suas preces que Isabel pudesse prosperar e continuar a reinar por longos anos, servindo Deus. Confessou que esperava ser salva «pelo e no sangue de Cristo aos pés de cujo sacrifício iria derramar de bom grado o seu sangue». Por fim, pediu aos santos que rezassem pela sua alma e que Deus, na sua grande misericórdia e bondade, desviasse as suas pragas desta «ilha pateta».

Para o conde de Kent, um protestante convicto, isso foi bastante ofensivo, pelo que lhe disse:

– Minha senhora, assentai Cristo Jesus no vosso coração e deixai esses disparates.

Mas Maria ignorou-o. Por fim, terminou as suas preces, beijando o crucifixo e fazendo o sinal da cruz à maneira católica.

Isso foi muito forçado. Maria nunca fora a católica que agora desejava mostrar ao mundo. Era demasiado política para isso. Enquanto governante na Escócia, aceitara um compromisso baseado no *status quo* religioso e nos avanços feitos pela Reforma protestante oficial. Apenas após o seu aprisionamento em Inglaterra é que se tinha reinventado como pobre mulher católica perseguida apenas por causa da sua religião. O que aconteceu no grande salão de Fotheringhay foi puro espectáculo, e resultou. Ao humilhar Fletcher conquistou uma vitória de propaganda que ressoou por toda a Europa católica.

Satisfeita, Maria virou-se para *Bull*, que se ajoelhou humildemente e solicitou o seu perdão. Ela respondeu:

– Perdoe-me do fundo do coração porque agora, espero, irás pôr fim a todos os meus problemas.

Os carrascos ajudaram as damas de companhia de Maria a despi-la até ficar só com o saíote. Enquanto a desabotoavam, ela sorria e brincava dizendo que «nunca tivera antes tais camareiros para a apanharem desprevenida» nem «nunca antes tirara a roupa diante de tal companhia».

Pousou o crucifixo e o livro de orações no banco, e um dos carrascos retirou o medalhão que tinha pendurado ao pescoço, visto que os costumes permitiam que tais artigos pessoais fossem uma gratificação. Mas Maria opôs-se, dizendo que iria dar essas coisas à suas servas e que ele receberia dinheiro em vez delas.

Quando o véu e as vestes pretas exteriores foram retirados, gritos abafados de choque e de espanto ecoaram por todo o salão. O saíote dela era de veludo fulvo, o corpete interior era de cetim fulvo. Uma das damas de companhia entregou-lhe um par de mangas de cor fulva com as quais ela cobriu os braços. Ocorrera uma metamorfose.

Durante alguns minutos, Maria ficou imóvel na plataforma, vestida toda ela com a cor de sangue seco: a cor litúrgica do martírio na Igreja Católica Romana. Era uma visão tão melodramática, tão abominável para os condes, que omitiram qualquer referência a isso nos seus relatórios oficiais para o Conselho Privado. O incidente é conhecido apenas a partir de um relato francês contemporâneo baseado nos relatos dos servos de Maria, os quais são confirmados por dois relatos ingleses independentes,

sendo um deles de um servo de Shrewsbury que escrevia a um amigo e não tinha nenhum motivo para mentir.

Maria beijou as suas damas de companhia, que irromperam em incontáveis acessos de soluços.

– Não choreis, prometi por vós – disse ela em francês.

Ou tal como uma das testemunhas oculares inglesas transmitiu:

– Paz, paz, não choreis, prometi o contrário, não choreis, mas rejubilai.

Levantou as mãos e abençoou-as, e virando-se para os outros servos, sobretudo Melville, que estavam a chorar alto a persignarem-se, rezou em latim e abençoou-os também, despediu-se deles e pediu-lhes para se lembrarem dela nas suas orações.

Ajoelhou-se «resoluta» na almofada enquanto Jane Kennedy tapava os olhos dela com um pano branco do Corpus Christi bordado a ouro, que Maria escolhera na noite anterior. Jane beijou o pano, atou-o à volta do rosto de Maria com a forma de um triângulo e prendeu-o à touca. Depois as duas damas de companhia abandonaram a plataforma.

Enquanto Maria se ajoelhava, recitou em latim o salmo *In te Domino confido* – Em Ti, ó Senhor, pus a minha confiança.

Estendendo a mão para o cepo, baixou a cabeça, posicionando o queixo com as suas mãos e mantendo-as lá, pelo que, se um dos carrascos não as tivesse afastado, teriam sido decepadas. Esticando os braços e pernas, gritou:

– *In manus tuas, Domine, commendo spiritum meum.*

Repetiu essas palavras três ou quatro vezes até que, com um dos carrascos a controlar o corpo dela, o outro a decapitou.

Só que foi a vez de o carrasco cometer um erro. Deveria bastar um único golpe, mas a tensão era demasiado grande, até mesmo para o carrasco mais experiente de Inglaterra. O seu primeiro golpe foi desalinhado e o machado caiu no nó da venda, falhando o pescoço e cortando a parte de trás da cabeça. Um relato conta que Maria fez «um ruído muito pequeno», mas outro diz que ela gritou em agonia, «Senhor Jesus, recebe a minha alma». Um segundo golpe cortou o pescoço, mas não completamente, e o carrasco cortou então os últimos tendões, usando o machado como um cutelo. Por fim ergueu a cabeça, gritando: «Deus proteja

a rainha.» Um arquejo audível ergueu-se do salão, porque os lábios de Maria ainda se mexiam como se fosse em oração e continuaram a fazê-lo durante um quarto de hora.

E depois a reviravolta final. Quando o carrasco levantou a cabeça dela, os caracóis castanho-avermelhados de Maria e a touca branca separaram-se do crânio. A ilusão da monarquia dissolveu-se quando o carrasco deu por si agarrando um punhado de cabelo e a cabeça caiu para o chão, rolando como uma disforme bola de futebol na direcção dos espectadores, que viram que era «muito grisalha e quase careca».

De súbito, tudo era claro. A rainha dos escoceses tinha usado uma peruca. A assembleia ficou sem fala, até o conde de Shrewsbury não aguentar mais e desatar a chorar.

Enquanto o carrasco recuperava a cabeça, o doutor Fletcher reencontrou a sua presença de espírito e berrou:

– Assim perecem todos os inimigos da rainha.

Ao que o conde de Kent, de pé por cima do corpo, fez eco dizendo:

– Este é o fim de todos os inimigos da rainha e dos Evangelhos.

Mas era um fim macabro, uma catarse pungente. Mesmo nos teatros de Londres, onde peças e tragédias de vingança estavam em moda, ninguém vira nada como isto.

Os perturbados criados de Maria foram levados desse local e trancados nos seus quartos. Os carrascos estavam a despir o cadáver, quando um deles viu que o cão preferido dela, um *terrier Skye*, se escondera nas pregas do saiote e entrara à socapa na plataforma. Quando foi detectado, correu por ali ganindo com tristeza e deitou-se na poça de sangue cada vez maior entre a cabeça cortada e os ombros. Uma vez que não o conseguiram convencer a afastar-se, foi retirado dali à força e lavado, após o que se recusou a comer. Um dos servos de Maria afirmou que morreu pouco depois, mas isso não foi confirmado.

À tarde, por ordem dos condes, os lençóis de algodão preto, o cepo da execução e a almofada, as roupas e ornamentos de Maria e tudo o mais que estivesse ensanguentado foi queimado no braseiro aberto para que nenhuma relíquia do «martírio» que ela tinha tão procurado que evocasse pudessem ser obtidas pelos seus apoiantes católicos. Ainda presentes no grande salão para observarem essas operações de limpeza

encontravam-se os cavaleiros e cavalheiros do condado, e quando os condes escreveram o seu relato oficial da execução, esses homens subcreveram o relatório como testemunhas solenes.

O quarto filho do conde de Shrewsbury, Henry Talbot, foi enviado com a máxima urgência a Londres para entregar o relatório ao Conselho Privado nessa mesma noite. Quando já tinha partido, os restos mortais da rainha morta foram postos numa maca e levados de volta para o andar superior a fim de serem embalsamados. O cadafalso foi desmontado e todos, excepto o xerife, que tinha a tarefa de enterrar o coração e os órgãos internos num lugar muito secreto dentro das fundações do castelo, foram mandados para casa. Alguns dos ornamentos de Maria também devem ter sido enterrados nas reentrâncias profundas do castelo, porque o anel que lhe fora dado no noivado com o segundo marido, Henry, lorde Darnley, foi mais tarde desenterrado nas ruínas e exibido em Peterborough em 1887.

Ninguém que tivesse testemunhado o último dia de vida de Maria poderia alguma vez esquecê-lo. Seja qual for a visão que se tenha do seu carácter, qualquer que seja a credibilidade atribuída às histórias contadas acerca dela como maneira de justificar a sua abdicação forçada e execução, o que se passou nesse dia foi um regicídio. Maria era uma rainha ungida. Isabel, a sua colega soberana, tanto como sua rival nos últimos trinta anos, estava demasiado ansiosa por defender o ideal da monarquia, o princípio de que os governantes só deviam prestar contas a Deus. Fizera tudo o que era possível para evitar a execução de Maria até sentir que já não era possível impedi-la, e depois passar a culpa por isso para os ombros de outros.

Isabel tinha uma firme compreensão do que estava em causa. Sabia que a morte de Maria iria alterar para sempre a maneira como a monarquia era olhada nas Ilhas Britânicas. Um regicídio iria dar um enorme estímulo ao Parlamento, diminuindo para sempre a «divindade que cobre um rei». Ajudaria a propagar a teoria da soberania popular – a crença de que o poder político reside no povo e não no governante – e a ideia de que os representantes do povo eram aqueles que eles elegiam para o Parlamento. Essa fora a ideologia invocada pelos lordes rebeldes contra Maria para a depor. E a mesma teoria seria instilada ali, e mais subversivamente

em partes de França, durante duzentos e cinquenta anos após a morte dela, atravessando o Atlântico quando o doutor William Small, um escocês, ensinou ética e ciência política ao jovem Thomas Jefferson no College of William and Mary na Virgínia.

Como uma rainha tão versátil como Maria, tão bela e inteligente, tão jovial e terra-a-terra, tão cheia de vida e irresistível, acabou em desgraça e deposta? Um dos motivos é que o principal ministro e conselheiro de Isabel durante quarenta anos, William Cecil, era seu adversário. Mais do que ninguém, ele era a sua grande Némesis. Ao contrário de Isabel, Maria era uma católica e a ambição primordial de Cecil era remodelar o conjunto das Ilhas Britânicas numa única comunidade protestante. Tinha pouca margem para uma Escócia independente – daí os conflitos intermitentes com os seus aliados escoceses acerca da extensão do domínio inglês. Ao passo que Isabel fez tudo o que podia para proteger o ideal da monarquia de «direito divino», apesar da religião do seu titular, Cecil acreditava que o Parlamento tinha o direito de estabelecer a sucessão ao trono baseado em fundamentos religiosos, o que significava que a reivindicação dinástica de Maria tinha de ser reduzida a todo o custo.

Na morte como na vida, Maria suscitou sempre os sentimentos mais fortes. Para os seus apologistas, foi uma vítima inocente. Foi maltratada e caluniada: um peão político nas mãos desses perversos lordes escoceses e dos ambiciosos políticos franceses e ingleses que a achavam inconveniente e uma pedra de tropeço no caminho deles. Para os seus críticos, estava fatalmente eivada de falhas. Era demasiado afectada pelas emoções. Governava com o coração e não com a cabeça. Era uma mulher fatal: uma sereia manipuladora, que ostentava a sua sexualidade nas danças e nos banquetes e não se importava com quem soubesse disso.

Os seus inimigos ganharam a discussão. Maria chegou até nós na história não como uma jovem governante perspicaz e carismática que apreciava o poder e, por algum tempo, conseguiu manter unido um país instável, mas antes como alguém que se importava mais com os seus luxos e animais domésticos. Sabia como agradar ao público. Um dos relatos da sua execução rejeita-a como «transcendendo as capacidades da actriz mais talentosa». Mas uma noção de teatralidade era essencial para

o exercício do poder no século XVI, e havia muito mais em Maria do que um juízo tão cínico pressupõe.

Este livro tenta obter a verdade acerca dela, ou chegar o mais perto da verdade que é possível: vê-la como uma mulher total cujas escolhas estavam correctas e cujas decisões faziam sentido, e não como um feixe de estereótipos ou como uma série de mitos convenientes e tenuemente ligados entre eles. A fundamentação lógica prende-se de perto com o método: escrever a vida de Maria e contar a sua história usando os documentos originais em vez de depender das conhecidas recolhas impressas ou sínteses editadas, muitas vezes compiladas para perpetuar as lendas em vez de as contestar. Pode ser uma surpresa ficar a saber que tais documentos sobrevivem em enormes quantidades, preservados em arquivos e bibliotecas de investigação tão distantes como Edimburgo, Paris, Londres, em mansões de Inglaterra e em Washington e Los Angeles. Alguns deles não foram lidos por um historiador desde 1840. Muitos não foram examinados desde a década de 1890, e entre estes há transcrições manuscritas, não reconhecidas, de duas das famosas Cartas do Cofre.

O objectivo é contar a história de Maria, onde for possível deixando-a falar com as suas palavras, mas também ponderar por que razão as histórias de outros acerca dos mesmos acontecimentos são muitas vezes tão diferentes. Só quando isto está feito milhares de factos podem ser peneirados, a sequência de acontecimentos ser explicada e compreendida, e um holofote lançado sobre uma vida turbulenta.